



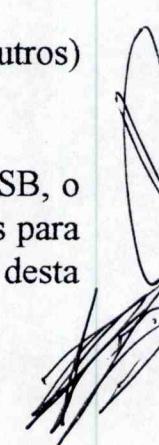
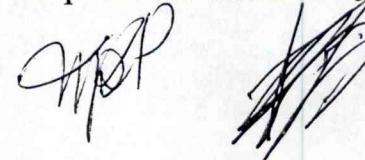
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SEGUNDA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N º 014/2001

PROPOSTA DE SUSPENSÃO DE PROCESSO

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, perante a Promotora de Justiça Dra. CRISTINA RASIA MONTENEGRO, compareceram os senhores, Dr. RAUL GONZALES ACOSTA, Diretor-Presidente da Fundação Polo Ecológico de Brasília, Sr. LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Moradores do Residencial Park Way, MARIA BERENICE PERNA PEREIRA, CPF nº 359.396.721-91, residente da Chácara 74, pretendendo ajustar aos mandamentos legais, firmam o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, em verdade título executivo extrajudicial, de conformidade com o disposto no § 6º do artigo 5º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e o artigo 585, inciso II e VII, do Código de Processo Civil. Nesse sentido, assumem, sob cominação, as seguintes obrigações de **Relacionamento Sustentável entre a Unidade de Conservação ARIE – Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo/SVSRF e Moradores da Área Circunvizinhas:**

- I) O signatário se comprometem a não fazer uso da captação e abastecimento de água originários de lençol freático do perímetro interior e externo da Unidade de Conservação. A **água** a ser utilizada na residência deverá ser originária do sistema de abastecimento da CAESB, assim que a Companhia de Água e Esgoto de Brasília providenciar o fornecimento de canalização da rede. Fornecimento este já solicitado pelo morador.
- II) Deverá ser feito um **esgotamento periódico das fossas** existentes no período intermediário a instalação da rede de esgoto.
- III) Não deverá ser **utilizado meios químicos** ou similares (carbureto e outros) com o intuito de realizar limpeza e descontaminação em fossas.
- IV) Os **esgotos doméstico** e outros serão enviados a uma estação da CAESB, o que também já foi solicitado junto a Companhia prestadora de serviços para que a mesma tome as devidas providências, e após o cumprimento desta





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

solicitação o morador assume o compromisso de não utilizar como meio de descarga bruta córregos e fossas.

- V) Fica vedado o uso da área para fins comerciais de qualquer natureza, tendo como finalidade única a de **moradia**, sendo estas **de alvenaria**. As residências que ainda não forem de alvenaria terão um prazo de 12 (doze) meses para estarem de acordo com o compromisso firmado.
- VI) Deverá existir um **afastamento** de no **mínimo** 05 (cinco) metros da cerca (limite) da Unidade de Conservação ARIE – Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo/SVSRF, onde não poderá existir qualquer tipo de construção, nem mesmo ser utilizado para cultivo de vegetação exótica e hortaliças, ou seja, a área será desprovida de vegetação, aceiro e/ou plantio de grama. O prazo para o atendimento dessas exigências será de 6 (seis) meses.
- VII) A **coleta de lixo** deverá ser feita por órgão competente – SLU e os mesmos serem acondicionados em container e ou recipientes hermeticamente fechados.
- VIII) A **cerca** da Unidade de Conservação que demarca o limite da mesma deverá ser totalmente recuperada e mantida pelo signatário, e sem existência de portões de acesso para o interior da Unidade de Conservação.
- IX) Não será permitida a **presença de animais domésticos**, exceto confinados em canil e gatil e ou presos por guia e identificados eletronicamente (microchip).
- X) A área de cada residência deverá ser **totalmente cercada**, na divisa com a Unidade de Conservação, que deverá manter o padrão da cerca já existente, alambrado com negativa para fora.
- XI) Deverá existir no mínimo um **afastamento** de 05 (cinco) metros da Mata de Galeria e de 15 (quinze) metros do Córrego, onde não poderá existir nenhum tipo de atividade antrópica (construção, cultivo de subsistência e ou similar – exóticas, etc.). O prazo para o atendimento dessas exigências será de 6 (seis) meses.
- XII) Não poderá haver **aumento das estruturas** já existentes e áreas impermeabilizadas em geral.
- XIII) Deverá haver uma **consulta prévia** aos Órgãos envolvidos para toda e qualquer modificação e/ou alteração na área supracitada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

- XIV) Será proibido o **uso de agrotóxicos** e outros produtos para controle de pragas agrícolas e/ou domésticas.
- XV) As **áreas** afetadas durante a formação dos poços artesianos, cacimbas e/ou similares deverão ser totalmente **recuperadas**.
- XVI) Haverá uma **vistoria** semestral e/ou anual da área ocupada, vistoria esta, realizada por equipe composta por representantes dos órgãos fiscalizadores da Região Administrativa da Candongolândia, Fundação Pólo Ecológico de Brasília (Administração da ARIE / SVSRF), Subsecretaria do Meio Ambiente – SUMAM, Polícia Militar Florestal, CAEB, SLU, DER e outros, sem prejuízo de inspeções regulares de representantes do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo/SVSRF.
- XVII) A título de **indenização** pelos danos causados ao Meio Ambiente, deverá ser pago a quantia mensal de R\$ 70,00 (setenta reais), pelo prazo de 5 (cinco) anos, a serem depositados em favor da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

Nada mais tendo a acrescentar a Promotora de Justiça determinou que se encerrasse o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, que após lido e achado conforme vai devidamente assinado e rubricado por todos os presentes.

CRISTINA RASIA MONTENEGRO
Promotora de Justiça

RAUL GONZALES ACOSTA

Diretor-Presidente

da Fundação Polo Ecológico de Brasília

LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente da Associação
dos Moradores do Residencial Park Way

MARIA BERENICE PERNA PEREIRA

SERVIDOR NOTARIAL E DE REGISTROS DO
1º OFÍCIO DE NOTAS REG. CIVIL E PROTESTO
Núcleo Bandeirante - Distrito Federal
Emival Moreira de Araújo - tabelião

RECONHECO por ter sido lançada em minha
Presença a(s) firma(s) de:
0060266-LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS

Em testemunho da verdade,
Brasília-DF, 17 de Agosto de 2001.

PRO. DE CEGRANHO
CORTE JUDICIAL
TOMADA DE ARQUITETO
SUBSTITUTO
MARINA DE AGUIAR
PRESIDENTE

PA 1696763

SERVIDOR NOTARIAL E DE REGISTROS 0051
1º OFÍCIO DE NOTAS REG. CIVIL E PROTESTO
Núcleo Bandeirante - Distrito Federal
Emival Moreira de Araújo - tabelião

RECONHECO por ter sido lançada em minha
Presença a(s) firma(s) de:
0060266-LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS

Em testemunho da verdade,
Brasília-DF, 17 de Agosto de 2001.

03-EUNICE MOREIRA DE AGUIAR
Substituto
auxiliar digitador: ELIEL 1687951